



Rita Ippolito

Biografia:

Rita Ippolito possui especialização em psicologia do desenvolvimento infantil, em Ciências da Educação, Formação de Educadores, Universidade de Palermo, Itália. Trinta anos de experiência profissional com a cooperação internacional bilateral e multilateral (ONU), coordenando projetos e programas na área dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e Educação no Equador, Colômbia, Peru e Brasil. Coordenadora Geral do Programa de Educação do PNUD/Semed de Maceió (AL), consultora da Unesco, da Childhood-Brasil, da UNDIME, do Observatório da Inclusão da UFAL, pesquisadora do Violes-UnB e da UFRJ, consultora da Pestalozzi-Maceió. Autora do Guia Escolar: Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de crianças e adolescentes, organizadora de várias publicações na área da proteção da infância e do acervo da política educacional da Semed e do Plano Municipal da Primeira Infância de Maceió. Idealizadora e autora de conteúdo do aplicativo Aprender a Proteger. Organizadora e autora de várias publicações de educação e gestão pública. Contato: rita.ippolito@gmail.com

Entrevistadora:

Urânia Flôres da Cruz Freitas
Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Mestra em Educação, pedagoga, professora e pesquisadora sênior do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude/CEAM/UnB. Pesquisadora Nelis/UnB, Violes-UnB e GI-GAPP/Madri. Contato: uraniaflores@gmail.com.

Educação em Direitos Humanos para aprender a proteger: um saber em construção!

1. A partir de longos anos de trabalho e pesquisa, você desenvolveu e escreveu vários documentos, cartilhas, guias – tanto nacionais quanto internacionais –, nos quais a maioria das ações têm foco nos direitos humanos, direitos das crianças e adolescentes e direito à educação básica. Nessa trajetória e ao longo do caminho, quais as aprendizagens realizadas por você e os conceitos-chave que destacaria como relevantes na luta por direitos humanos no mundo? Como você percebeu mudanças e/ou retrocessos nesses movimentos históricos da educação básica no Brasil?

Rita Ippolito: Destaco, na minha trajetória de 30 anos de trabalho, no Brasil e na América Latina, com programas e projetos vinculados à cooperação internacional bilateral, alguns elementos importantes, sobretudo no Brasil, na temática da violência sexual e dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, nas últimas três décadas. Me parece que os anos noventa foram marcados pela força e potência do movimento pelos direitos de crianças e adolescentes, liderado por organizações da sociedade civil, organismos internacionais, representantes de setores de governos vinculados à secretaria de direitos humanos e subsecretaria da criança, cujo objetivo foi institucionalizar e implementar políticas públicas, estruturando, na prática, programas e projetos nos marcos legais (Constituição Federal e ECA) nas instâncias institucionais e nos acordos internacionais. O foco era sobretudo a inclusão social, o trabalho com meninos nas ruas das grandes cidades, a educação para todos, a mudança paradigmática da criança como sujeito de direito, a constituição dos grandes marcos legais sobre o trabalho infantil e as piores formas de trabalho infantil, o apoio à constituição dos conselhos de direitos e fóruns nas três esferas, União, Estados e Municípios e, sobretudo, a implementação dos Conselhos Tutelares, com sua carga de inovação, resistências e contradições de ordem cultural, legal e administrativa, em particular, da esfera administrativa municipal. Pensar em política programática, naquela década, era um fardo bem pesado, significava trabalhar para apoiar o fortalecimento de novos conceitos em todas as áreas da redemocratização,

tendo o arcabouço constitucional como guia e como necessária implementação. Anos de estudo, debate e necessidade de acertar nesse momento histórico brasileiro. Para concluir estes pequenos comentários sobre uma das décadas que marcam a história do Brasil no seu processo de democratização, muitos passos foram dados nessa caminhada, mas com muitas dificuldades, falta de recursos e investimentos nacionais. Mas o Brasil estava caminhando para o fortalecimento de um Estado de Direito, e muitos dos preceitos legais estavam muito mais na frente das reais condições de implementação. A Educação estava à margem desse grande movimento, estava muito mais empenhada para a elaboração da LDB de 1996, uma grande mudança estruturante do ponto de vista organizacional, conceitual e legal, mas me parece que não houve articulações fundantes com o movimento social sobre os direitos das crianças, como se fossem dois canais com pouco diálogo, um para operar para o direito à educação e outro para operar com os setores mais marginalizados de crianças e adolescentes que fundamentalmente estavam fora da escola e que o ambiente escolar rejeitava. Na época, era bastante usual no ambiente escolar ter grande resistência ao ECA no ambiente escolar, as crianças em situação de vulnerabilidade social, as crianças de rua, e, sobretudo, a inserção, nas escolas, de crianças e adolescentes em conflito com a lei. A entrada na década de 2000, foi, para mim, fundamental no entendimento que muitas conquistas obtidas na área legislativa e na implantação de instâncias fundamentais pelos direitos das crianças não eram suficientes para um atendimento qualificado e sobretudo para uma política de prevenção capaz de mudar a visão sobre o sujeito criança e sobre todos os marcadores de violência além da pobreza. Tínhamos o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, tínhamos o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, tínhamos um CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), uma secretaria nacional, mas não havia diálogo estruturado com os ministérios sobre políticas intersetoriais. Eu percebi que era fundamental trabalhar pela educação pública, ou seja, onde a maioria das crianças está, onde a criança é formada, orientada e incluída, e onde era possível transferir muitas boas experiências educacionais fora da escola. Dentro da escola era possível fortalecer o conceito de tempo integral escolar, chamado de contraturno, pensado naquela época somente para crianças envolvidas em trabalho infantil e em situações de risco. Entramos na década de 2010 com um programa do MEC *Escola que Protege* tentando inserir a temática além dos conteúdos curriculares complementares. Amplas discussões sobre como inserir a temática no programa de *Mais Educação e Mais Cultura*, mas ainda todas essas tentativas, importantes e criativas, nos parece que barram na estrutura rígida do sistema curricular e a temática tem dificuldade de entrar na recomposição da aprendizagem. Projetos da sociedade civil avançaram nesta época, o sistema de denúncia *Disque 100* parece consolidado, novos arcabouços fiscais, como o *Depoimento Especial*, base para o desenho da Lei da Escuta Protegida, mostram um movimento bem expressivo no âmbito da Jurisdição bem expressivo com grande movimento da Promotoria Pública, e do sistema de Justiça. O sistema escolar está envolvido no processo de sensibilização do 18 de maio com iniciativas intersetoriais, mas a fragilidade de projetos de

atendimento integrados, e de inserção temáticas no currículo mostram fragilidade. A onda conservadora e destrutiva do sistema democrático focou sobretudo o tema da sexualidade e a violência sexual ataques falsos corroborando a política dos últimos anos. Em todo o país, há um processo de retomar o debate, as políticas intersetoriais. Localmente, muitas boas práticas estão sendo implementadas nos territórios escolares esperando que esse esforço possa construir políticas mais consolidadas de fortalecimento das redes de proteção e de ações estruturantes para a proteção de crianças e adolescentes.

2. Como trabalhar os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável na educação básica? Quais temáticas principais? Quais seriam os princípios e parâmetros mundiais? Na América Latina? E no Brasil?

Rita Ippolito: As equipes da política educacional precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. A educação é crucial para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Mas, esses conhecimentos são tradicionalmente relegados como periféricos em relação ao currículo fundante da educação. São tratados como projetos não centrais da educação. É necessário desconstruir essa cultura educacional onde a prioridade do acesso, da alfabetização, da qualidade parece desligada da inclusão, do desenvolvimento socioemocional e da proteção. Uma das estratégias poderia ser um eixo de ações transversais a todo o currículo e a todas as etapas e modalidades do ensino fundamental, ações em Direitos Humanos, e ações de sustentabilidade e inclusão de temas correlatos: racismo, busca ativa, abuso e exploração sexual da criança e do adolescente, trabalho infantil, entre outros, como um eixo tão importante quanto o eixo da gestão de ensino e o eixo da gestão pedagógica. Isso deve reverberar a necessidade de investimento, de formação, ou seja, de programas e ações fundamentais para que os outros eixos alcancem os resultados projetados. Todos estamos de acordo que os Direitos Humanos não são aprendidos estudando-os, mas praticando-os diariamente em todos os contextos em que o ser humano se desenvolve. Numa perspectiva histórica, os Direitos Humanos foram se construindo como uma forma de resistência à opressão e busca pelo bem-estar do indivíduo, de grupos ou de comunidades inteiras. Me parece importante ter formação de professores dentro dessa perspectiva histórica, na visão de um ecossistema onde é o planeta que está no centro das coisas e o cuidado humano possa ter seu epicentro. Dessa forma, a educação, além de ter o foco na transformação social, torna possível realizar ações concretas de direitos humanos e de sustentabilidade na sua prática cotidiana. A pedagogia do cotidiano dentro desses valores com todos os processos de acompanhamento avaliativos que permitem a arte de aprender e ensinar dentro desta perspectiva. No momento, me parece, que o sistema educacional está em destaque para não conseguir sair da dependência de visões eurocentristas e norte-americanas. A Agenda 2030, a única bússola em destaque por ter introjetado muitos temas de culturas do subglobal, ainda não consegue ser uma agenda de destaque de política e planejamento.

3. No tocante à formação continuada, qual a importância de trabalhar com professores e professoras da educação básica brasileira os direitos das crianças e adolescentes? Da população negra? Dos povos originários? Da população LGBTQIAPN+? Da população em situação de rua? Como isso pode impactar na garantia de direitos?

Rita Ippolito: É importante que professores e profissionais de educação possam ter módulos transversais sobre as temáticas dos direitos humanos em todas as disciplinas, para uma nova forma de implementar ações educativas no campo da prevenção e dos direitos. Os Direitos Humanos não são aprendidos somente em palestras ou cursos de estudos, mas praticando-os diariamente em todos os contextos em que o ser humano se desenvolve. Na educação é importante desenvolver ações vivas, ligadas ao contexto social, familiar e comunitário. Pesquisas sobre os direitos das crianças mostram o que significa ter uma vida digna, baseada na liberdade, igualdade e dignidade, e porque no mundo inteiro há movimentos nesse sentido. A importância das leis e dos tratados internacionais. Numa perspectiva histórica, os Direitos Humanos foram-se construindo como uma forma de resistência à opressão e busca pelo bem-estar do indivíduo, grupos ou de comunidades inteiras. Ao longo da história, eles passaram por transformações, para conceituar, especificar e ampliar aqueles incluídos na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948.

4. Na pandemia de covid-19, foi possível observar o retrato da desigualdade de acesso e garantia da permanência de crianças e adolescentes, presente nas instituições escolares, especialmente pela falta de acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), contrariando o que rege a Constituição Federal, o ECA e as demais diretrizes educacionais. Em sua opinião, quais serão as melhores estratégias para a garantia desses direitos, tendo em vista as particularidades de situações críticas emergenciais?

Rita Ippolito: Me parece importante trabalhar a EaD e a educação híbrida com metodologias adequadas de forma permanente. Problemas estruturais, tais como a falta da internet, a pobreza, a falta de recursos familiares são problemas, de fato, e a educação precisa ser considerada uma política estruturante e, nesse sentido, ter investimentos prioritários no sentido de melhorias das condições da exclusão tecnológica nas quais vivem as famílias da maioria das crianças e adolescentes da educação básica.

5. Tendo em vista sua trajetória de luta por direitos e as ações do Observatório da Educação Básica de Alagoas (ODEB-AL), quais resultados de pesquisas, ações conjuntas e/ou mudanças já são possíveis relatar desde a criação do ODEB-AL? O que você indica para ser levado em consideração na organização e funcionamento dos diferentes observatórios existentes?

Rita Ippolito: Até agora a ação do Observatório foi avaliar o Plano Estadual de Educação de Alagoas. Foi produzido um relatório extenso, mas entre vários curtos-circuitos da gestão estadual e municipal, tudo vai com muita lentidão. O Observatório de toda forma tem armazenado dados e informações importantes e espera-se que os agentes públicos possam utilizar as bases de dados e as ponderações da pesquisa desenvolvida. O objetivo do Observatório é apoiar a gestão pública na manutenção desse conhecimento e proposta, além de boas práticas consolidadas na educação, Me parece importante, e por isso a proposta do observatório é ser um canal de socialização e interlocução entre a pesquisa científica e a gestão da política pública. No Brasil, a descontinuidade da política educacional causada pelos câmbios de gestão política tem um impacto direto em todo o processo de mudança da educação. ■